

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.093 - SE (2019/0203944-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : NORCON SOCIEDADE NORDESTINA DE CONSTRUÇÕES S/A
EMBARGANTE : SPE CONDOMÍNIO VILA VERDE LTDA
ADVOGADOS : GILBERTO SAMPAIO VILA NOVA DE CARVALHO E OUTRO(S)
- SE002829
PEDRO AUGUSTO FATEL DA SILVA TARGINO GRANJA -
SE009609
EMBARGADO : MARIA EUFLOSINA VIEIRA
ADVOGADO : SÔNIA CÂNDIDA DE SOUZA E OUTRO(S) - SE000349B

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **SOCIEDADE NORDESTINA DE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES – NORCON S/A e SPE CONDOMINIO VILA VERDE LTDA**, em face de decisão monocrática proferida por este signatário, que deu parcial provimento ao recurso especial interposto pela embargante a fim de excluir a indenização por dano moral.

Em suas razões (fls. 782/785, e-STJ), a embargante aponta ocorrência de omissão quanto à redistribuição dos ônus sucumbenciais, haja vista o provimento em parte de seu recurso especial.

Sem impugnação.

É o relatório do necessário.

Decide-se.

Os embargos de declaração devem acolhidos.

1. Com efeito, a teor do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão.

Na hipótese dos autos, as embargantes apontam ocorrência de omissão no que tange à distribuição dos ônus sucumbenciais, tendo em vista o provimento de seu recurso especial.

De fato, verifica-se a ocorrência de omissão neste ponto, porquanto, em vista do provimento do recurso especial, a indenização a título de dano moral foi excluída.

Por essa razão, deve ser alterado o final da decisão embargada, fazendo constar o seguinte:

2. Do exposto, com base no art. 932 do NCPC e na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial a fim de excluir a indenização por dano moral. Em vista do provimento do recurso do recurso, os ônus sucumbenciais devem ser arcados de forma recíproca, sendo 50% para cada uma das partes litigantes.

2. Do exposto, **acolho os embargos de declaração**, para sanar a omissão e determinar que os ônus sucumbenciais sejam divididos em 50% para cada uma das partes litigantes.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator